

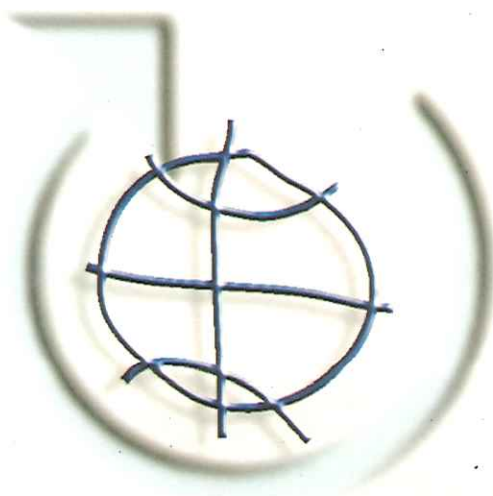


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

Políticas

de Incentivo
ao Comércio
Exterior



Brasília
2002

M E S A D A CÂMARA DOS DEPUTADOS

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2002

<i>Presidente:</i>	AÉCIO NEVES (PSDB-MG)
<i>Primeiro-Vice-Presidente:</i>	EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
<i>Segundo-Vice-Presidente:</i>	BARBOSA NETO (PMDB-GO)
<i>Primeiro-Secretário:</i>	SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)
<i>Segundo-Secretário:</i>	NILTON CAPIXABA (PTB-RO)
<i>Terceiro-Secretário:</i>	PAULO ROCHA (PT-PA)
<i>Quarto-Secretário:</i>	CIRO NOGUEIRA (PFL-PI)

Suplentes de Secretário

<i>Primeiro-Suplente:</i>	PEDRO VALADARES (PSB-SE)
<i>Segundo-Suplente:</i>	SALATIEL CARVALHO (PMDB-PE)
<i>Terceiro-Suplente:</i>	ENIO BACCI (PDT-RS)
<i>Quarto-Suplente:</i>	WILSON SANTOS (PSDB-MT)

<i>Diretor-Geral:</i>	Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
<i>Secretário-Geral da Mesa:</i>	Mozart Vianna de Paiva



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

POLÍTICAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR

*Audiência pública realizada no dia 10
de outubro de 2001, com o objetivo de
apresentar as propostas de incentivo à
exportação do Ministro do Desenvolvi-
mento, Indústria e Comércio.*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2002**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: *Sílvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – CEDI
Coordenação de Publicações – CODEP
Anexo II, térreo
Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília (DF)
Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190
publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

**Ação parlamentar
n. 209**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

Políticas de incentivo ao comércio exterior. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

72 p. : il. – (Série ação parlamentar ; n. 209)

Audiência pública realizada no dia 10 de outubro de 2001, com o objetivo de apresentar as propostas de incentivo à exportação do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

ISBN 85-7365-254-3

1. Exportação, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 339.564(81)

ISBN 85-7365-254-3



SUMÁRIO

	Pág.
Audiência pública sobre políticas de incentivo ao comércio exterior	5
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.....	7
Apresentação	9
Expositor:	
Ministro Sérgio Amaral	14
Participantes:	
Deputado Marcos Cintra	29
Deputado Gerson Gabrielli	31
Deputado Ricardo Ferraço	36
Deputado Almeida de Jesus	39
Deputado Osório Adriano	41
Deputado Emerson Kapaz	43
Deputado Jurandil Juarez	54
Deputado Alex Canziani	56
Deputado Augusto Nardes	59
Deputado Luiz Carlos Haully	61
Deputado Osmar Terra	63

Audiência pública sobre políticas de incentivo ao comércio exterior

Coordenadores: Deputado **MARCOS CINTRA** (PFL/SP)
Deputado **ALEX CANZIANI** (PSDB/PR)

Expositor: Ministro Sérgio Amaral

Participantes: Deputado Marcos Cintra
Deputado Gerson Gabrielli
Deputado Ricardo Ferraço
Deputado Almeida de Jesus
Deputado Osório Adriano
Deputado Emerson Kapaz
Deputado Jurandil Juarez
Deputado Alex Canziani
Deputado Augusto Nardes
Deputado Luiz Carlos Haully
Deputado Osmar Terra

Deputado HERCULANO ANGHINETTI	PSB/AL
Deputado JAIRO CARNEIRO	PPB/MG
Deputado JAQUES WAGNER	PFL/BA
Deputado JOÃO PIZZOLATTI	PT/BA
Deputado JOÃO SAMPAIO	PPB/SC
	PDT/RJ

Deputado JURANDIL JUAREZ	PMDB/AP
Deputado LÉO ALCÂNTARA	PSDB/CE
Deputada LÍDIA QUINAN	PSDB/GO
Deputado LUIZ FERNANDO	PPB/AM
Deputado MÁRCIO FORTES	PSDB/RJ
Deputado MARCOS CINTRA	PFL/SP
Deputada MARIA ABADIA	PSDB/DF
Deputada MARISA SERRANO	PSDB/MS
Deputado MÚCIO SÁ	PTB/RN
Deputada NAIR XAVIER LOBO	PMDB/GO
Deputado NELSON PROENÇA	PMDB/RS
Deputado OSÓRIO ADRIANO	PFL/DF
Deputado PAULO OCTÁVIO	PFL/DF
Deputado RICARDO BERZOINI	PT/SP
Deputado RICARDO FERRAÇO	PSDB/ES
Deputado RICARDO FIUZA	PPB/PE
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	PL/MG
Deputado RUBEM MEDINA	PFL/RJ
Deputado RUBENS BUENO	PPS/PR
Deputado SÉRGIO BARROS	PSDB/AC
Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT/MG
Deputado WALDEMIR MOKA	PMDB/MS
Deputada YEDA CRUSIUS	PSDB/RS
Deputada ZILA BEZERRA	PTB/AC

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo realizou, no dia 10 de outubro, a audiência pública “Políticas de Incentivo ao Comércio Exterior”, com o objetivo de debater propostas de incentivo à exportação.

Na gestão do atual governo, o foco das atenções centrou-se nas propostas de estabilização da moeda, o real. O comércio exterior também foi prioridade, mas com ênfase nas importações, devido a falta de capacidade do setor produtivo em suprir a elevada demanda, com conseqüente reforço para a política de estabilização da moeda. Isso provocou elevados déficit na Balança Comercial aumentando, assim, a vulnerabilidade externa.

A adoção dessa política vem causando um baixo desempenho da economia brasileira no mercado internacional. Dados do próprio governo mostram que o País representa somente 1% do comércio mundial. Um desempenho mediano para a décima economia do mundo.

O mercado exportador precisa de políticas sérias e não pode crescer em conseqüência do câmbio desvalorizado e/ou da estagnação em que vive a economia brasileira. A obtenção de superávit da Balança Comercial deve ocorrer por meio de crescimento do setor exportador e não devido à queda das importações. É necessário que o País adote uma cultura exportadora, reforme urgentemente o sistema tributário, para impedir a exportação de tributos, e diminua a taxa de juro básica da economia, para que aumente os investimentos.

Saídas para a crise existem, resta-nos discutir a situação e apontar soluções viáveis, é a proposta da presente audiência pública.

Deputado **Marcos Cintra**, Presidente.

salários. O que queremos é o contrário: elevar o salário do trabalhador brasileiro.

Portanto, como estamos falando em política comercial, estamos falando de uma combinação de política econômica com políticas sociais, saúde e educação. Assim, estaremos falando de uma política de desenvolvimento. Não tenho dúvida de que estamos no caminho certo. Acredito que já fizemos muito, mas também temos muito o que fazer.

Muito obrigado.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Agradeço as palavras ao Ministro Sérgio Amaral.

Senhor Ministro, acima de qualquer coisa Vossa Excelência pode contar com o apoio desta comissão. Sempre foi e continuará sendo prioridade dos membros desta comissão o apoio ao comércio exterior e, principalmente, a um dos itens que Vossa Excelência diz ser fundamental: a resolução do problema do balanço de pagamentos, que é o turismo.

Faz parte desta comissão o Deputado Alex Canziani, Presidente da Subcomissão de Turismo, que tem sido uma das atuantes e que tem contribuído imensamente para a proposição de soluções para este problema no Brasil.

As palavra que Vossa Excelência profere nesta comissão realmente soam como música para todos nós. Acredito que ouvimos agora com determinação, com o espírito de veracidade nas suas palavras, algumas coisas que nos parecem fundamentais para a resolução do problema das nossas contas externas.

Ouvi Vossa Excelência falar em substituição competitiva de importações, não aquela substituição que meramente estabelecia barreiras protecionistas, impedindo a entrada de produtos externos, mas a substituição de importação indutora da produção nacional, competitiva com a produção nacional. Ouvi Vossa Excelência falar sobre programas de turismo, programas de promoção comercial, coisas que esta comissão vem discutindo e debatendo há bastante tempo.

Gostaria de parabenizá-lo pela forma como discorreu sobre o problema, sobretudo na proposição das linhas de ação agora avançadas pelo seu ministério. Mas não poderia deixar de chamar a atenção e trazê-lo um pouco para a nossa realidade, então pediria seus comentários ao passarmos para a fase dos debates.

Portanto, existe um esforço no sentido de ampliar, e acredito que já estamos ampliando substancialmente, mas estamos longe ainda de ter um volume de empresas exportadoras comparável ao dos países que têm maior abertura de comércio.

Vossa Excelência mencionou outro ponto fundamental que diz respeito às nossas necessidades de financiamento externo num momento em que sabemos que os recursos disponíveis para financiamentos, investimentos em bolsa e mesmo para investimentos diretos são menos abundantes e mais caros.

Os números que circulam hoje, seja nos mercados, seja na imprensa, não têm absolutamente nada que ver com os números reais sobre nossas necessidades de financiamento. Elas são decrescentes. Em 2000, precisamos de 56,6 bilhões de dólares; em 2001, de 56,1 bilhões; no ano que vem, serão 47,4 bilhões. E por quê? Porque o déficit em transações correntes, que já foi superior a 30 bilhões de dólares – chegou a 33 bilhões de dólares –, vem caindo consistentemente: foi de 24,6 em 2000; 23,7 em 2001; 20,6 em 2002.

Já em 2002 esse déficit é bastante menor, porque nossas exportações são maiores. De acordo com todos os analistas, mesmos os mais pessimistas do mercado, nosso saldo comercial será algo em torno de cinco bilhões de dólares.

Segundo as projeções para o ano que vem, haverá um aumento das exportações da ordem de 2,7% e uma redução das importações da ordem de 3,3%. Haverá o mesmo volume de juros e de remessas a título de lucros e dividendos. No ano que vem pagaremos 14,9 bilhões de juros, haverá remessas de quatro bilhões. Viagens internacionais estão sendo estimadas num balanço negativo de 1,4 bilhão. Penso que seja excessivamente conservador, talvez seja possível nos aproximarmos de um equilíbrio.

Nossa capacidade de cobrir as necessidades de financiamento com confiança se deve a duas razões: primeiramente, ao fato de os números serem menores e não esperarmos grandes captações de recursos no mercado, que, ao contrário, são muito pequenas, pelo menos as do Governo. Talvez em alguns casos sejam maiores no setor privado, mas as grandes empresas que captam recursos fora têm total solvabilidade; seria muito pouco crível que elas não conseguissem levantar os recursos de que precisam. Em segundo lugar, ao fato de mostrarmos, com o

que estamos fazendo, que há luz no fim do túnel. Se o déficit em conta corrente estava elevado, agora está decrescendo. Estamos mostrando que teremos condições de gerar saldos comerciais crescentes que vão reduzir o déficit em conta corrente. Portanto, cada vez menos necessitaremos de recursos externos.

Gostaria de comentar a pergunta muito oportuna do Deputado Gerson Gabrielli, Primeiro Vice-Presidente desta comissão. Pergunta Sua Excelência se serei capaz de convencer o Ministro Pedro Malan. Não sei se serei capaz de convencê-lo, mas posso dizer que Sua Excelência está convencido, porque conhece melhor do que qualquer um de nós os números do balanço de pagamento e sabe que déficit em conta corrente da magnitude do que existia será cada vez mais difícil de ser financiado, por isso precisamos exportar.

Portanto, vejo hoje no Ministério da Fazenda um parceiro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pois nossos objetivos são os mesmos. Além do mais, o Presidente dotou o Ministério do Desenvolvimento dos instrumentos necessários para assegurar que os mecanismos de apoio ao comércio exterior funcionem e assegurar ampla desobstrução das exportações. No fundo, o que precisamos fazer é deixar o câmbio funcionar, porque somos hoje muito competitivos.

Concordo inteiramente com suas preocupações em relação à infra-estrutura.

Nos últimos anos, no âmbito do Avança Brasil, muito foi feito: foram construídos ou reformados quatro novos portos, construídos quatorze aeroportos, retificados quatorze grandes rios, executados projetos ferroviários importantes, implementada uma revolução na área de tecnologia. Tudo isso criou melhores condições de infra-estrutura para o setor produtivo, mas ainda não é suficiente, porque, enquanto estávamos fazendo isso, nossos concorrentes faziam o mesmo ou mais. O que explica o fato de nossos custos nos portos – passagens, taxas e comissões – ainda serem de 30% a 40% mais caros do que os dos nossos concorrentes.

Preocupo-me tanto quanto Vossa Excelência com os juros, mas temos duas balizas importantes para as taxas cobradas do nosso produtor, do nosso consumidor, dos nossos agentes econômicos.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao risco externo, que fixa um patamar para nossas taxas de juros. A única forma de reduzir esse risco externo é diminuindo a necessidade de financiamento, o que estamos buscando atingir por meio da construção de saldos comerciais crescentes.

O segundo óbice a juros menores é a necessidade que o Governo tem de financiar seu mercado; a única solução é a melhoria das contas públicas, o que também estamos buscando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Muito obrigado, Sr. Ministro Sérgio Amaral.

Passamos para a fase de debates. O primeiro bloco é composto pelos Deputados Ricardo Ferraço, Almeida de Jesus e Osório Adriano.

Peço aos Srs. Parlamentares que façam em bloco o questionamento ao Sr. Ministro. Parece-me que essa seria a maneira mais eficiente de avançarmos.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Ferraço.

O Sr. Deputado Ricardo Ferraço – Senhor Presidente, peço vênia a Sua Excelência para deitar uma breve homenagem ao Embaixador Roberto Campos, que me parece pertinente nesta reunião em função da perda que o Brasil sofreu neste dia com sua morte.

Penso que a vida, o trabalho, a jornada que o Embaixador Roberto Campos empreendeu em favor do Brasil, em razão sobretudo da solidez de suas convicções e idéias, merecem registro nesta comissão, no momento em que estamos discutindo um tema estratégico para o Brasil em conjuntura tão adversa.

Portanto, minha primeira palavra é de homenagem ao Embaixador Roberto Campos, ressaltando a grande perda que sofre o Brasil neste dia.

Senhor Ministro Sérgio Amaral, gostaria de concentrar minha reflexão em dois temas. Fiquei muito feliz em observar a intensa preocupação de Vossa Excelência com a situação da cultura do café no Brasil, na atual conjuntura. Até bem pouco tempo, Vossa Excelência dirigiu a Associação dos Países Produtores de Café, à frente da qual realizou um trabalho excepcional, sobretudo na promoção do produto. Mais do que ninguém conhece Vossa Excelência a situação deprimente em que se encontram tanto a cafeicultura brasileira quanto a internacional.

Acho que Vossa Excelência aponta na direção correta, mas nos preocupa um pouco a postura errática do Governo. Estamos todos acompanhando com muita preocupação a situação. Como disse Vossa Excelência com muita clareza em relação aos números, talvez essa atividade seja muito mais importante do ponto de vista social do que do ponto de vista econômico, porque emprega neste País, em toda a sua cadeia, algo em torno de oito a nove milhões de brasileiros e seguramente é responsável pela manutenção de um contingente enorme de pessoas na área rural.

Embora essa atividade gere em todo o mundo algo em torno de 60 bilhões de dólares, os países produtores de café estão ficando com apenas seis ou sete bilhões de dólares. Efetivamente não estamos conseguindo avançar no sentido de agregar mais valor ao nosso produto.

Se fizermos uma avaliação do ano de 2001, constataremos que a Costa Rica exportou sessenta mil sacos de café torrado, enquanto o Brasil exportou onze mil. Ao mesmo tempo, assistimos às grandes torrefadoras internacionais, como a Elite, dominarem o mercado de café torrado no Brasil. Essas empresas estão controlando esse mercado sem que o Governo possa impor qualquer tipo de condicionante ou de meta para que parte dessa produção seja dirigida à exportação, de modo a colaborar com o esforço exportador brasileiro, tão relevante neste momento.

Fui designado pelo Deputado Aécio Neves para participar da reunião anual da Organização Internacional do Café, em Londres, e da reunião anual da Associação dos Países Produtores de Café, realizadas na semana passada. Confesso que vivi situação muito constrangedora para mim, que estava acompanhado do Deputado Silas Brasileiro. Fomos designados pelo Congresso Nacional para defender a decisão importante e estratégica de manutenção da Secretaria-Geral da OIC nas mãos do Brasil. Por muito pouco não perdemos a Secretaria-Geral para a Colômbia, porque saímos do Brasil sem qualquer tipo de comunicação oficial da indicação do Sr. Oswaldo Aranha Neto.

Na última hora, durante a assembléia da OIC, o Brasil simplesmente comunicou que não mais indicava o Sr. Oswaldo Aranha Neto e que não havia substituto. Prorrogarão o mandato do Sr. Celsius Lodder até janeiro, e por muito pouco não perdemos a indicação da Secretaria-Geral, um espaço muito importante para o Brasil. Embora não desempenhe

mais mandato e cláusulas comerciais, a Organização Internacional do Café é importante instrumento de mediação, de intercâmbio de informações de bancos de dados a respeito da atividade cafeeira mundial.

Gostaria de perguntar se Vossa Excelência poderia trazer a esta comissão uma informação objetiva em relação ao posicionamento do Governo brasileiro, porque não recebemos qualquer informação sobre essa decisão, tomada em cima da hora, de não ratificar o nome do Sr. Oswaldo Aranha Neto para Secretário-Geral da OIC.

Outra manifestação que tenho a fazer diz respeito a notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil* na edição do dia 18 de agosto, data anterior à posse de Vossa Excelência no Ministério. A notícia é muito sólida para todos os que enxergam na exportação um aporte extraordinário para equilibrarmos nossas contas.

Diz assim:

“O Ministério do Desenvolvimento está concluindo uma proposta que visa impulsionar a substituição de importações e a eliminar o déficit na Balança Comercial. A idéia é isentar de impostos toda a cadeia produtiva de alguns setores estratégicos destinados à exportação. Seria criada uma espécie de draw back verde e amarelo, ou seja, ficariam isentos de impostos fornecedores nacionais de insumos destinados à fabricação de mercadorias especificamente para a exportação, para colocá-los em pé de igualdade com fornecedores do exterior.”

Dirijo-me a Vossa Excelência para saber como andam esses estudos. Qual é a visão pessoal de Vossa Excelência em relação à implantação daquilo que uns chamam de *draw back* verde e amarelo, e outros, de ImpEx, que pode colocar efetivamente nossa cadeia fornecedora de insumos à indústria exportadora em igualdade de condições em relação aos fornecedores de insumos estrangeiros; para isso, não seriam tributados. As informações de mercado dão conta de que importaríamos três bilhões a menos e poderíamos exportar três bilhões a mais. Parece óbvio que esse será um importante instrumento de melhora da competitividade dos setores exportadores.

A matéria saiu em 18 de agosto. Qual a razão de não estarmos avançando com a velocidade necessária, se é fato que o ministério está estudando a implantação dessa proposta?

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Agradeço ao Deputado Ricardo Ferraço. Concedo a palavra ao Deputado Almeida de Jesus.

O Sr. Deputado Almeida de Jesus – Senhor Ministro, confesso que, no início de sua explanação, criei uma expectativa, porque é o que tem vivido todo o Brasil e todo o mundo devido ao que está acontecendo nos Estados Unidos, automaticamente envolvendo as demais nações.

Vossa Excelência abordava exatamente o que está acontecendo neste momento, quando muitos se fixam na idéia de que as economias dos países poderão ser atingidas por essa situação. Não temos dúvida de que serão atingidas, mas o pessimismo leva a população a acreditar que tudo isso já está acontecendo, e é o que estamos vendo no Brasil inteiro. Quando se diz que a gasolina vai aumentar, que o petróleo vai aumentar, cria-se, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Deputados, uma expectativa muito grande na população brasileira e de todo o mundo, um clima de especulação. Vemos, então, a população ficar nessa expectativa, muitas vezes criada por nós mesmos, o Governo. Sabemos que o momento é difícil, mas não podemos ser levados pelo extremismo e pelo pessimismo.

Outro aspecto que Vossa Excelência abordou é a busca do aumento das exportações para criar condições de investimento e desenvolvimento. Temos percebido isso ao longo do tempo; é visível o interesse do Brasil e de todos no crescimento das importações e das exportações.

No tocante à questão das importações e das exportações, vemos que não se estão atingindo as metas. Fixou-se o crescimento das exportações em 7% e das importações em 5%. Daqui a pouco empatarão os dois sistemas, e o Brasil não sairá do canto, ficará parado. Nós, que somos responsáveis pelo desenvolvimento do País, ficaremos sem condições de dar resposta aos brasileiros. Depois que Vossa Excelência começou a explanar e passou a citar os números com altivez, animei-me um pouco. Mas foi mencionada uma idéia que estamos vendo ser implementada no Ceará: a isenção de impostos.

Aí entra a questão da reforma tributária, pela qual muitos de nós têm lutado, mas não se faz neste País, nesta Casa, porque os interesses são muito grandes. Na reforma tributária ampla que defendemos, discute-se o Imposto Único, que o Deputado Marcos Cintra tanto tem defendido. Acredito que deveríamos utilizar no caso de exportação o Imposto Único, e não tantas isenções. Pelo que Vossa Excelência disse, a isenção do PIS, da Cofins, do ICMS em alguns estados tem causado muito problema, porque não tem retornado aos exportadores. Temos visto isso acontecer lá no Ceará; o Governo Tasso Jereissati aplicou as isenções fiscais, motivando empresas a gerar recursos e empregos, e não tem dado resultado, porque essa geração de recursos tem saído do Estado. É o mesmo que acontece aqui: tem saído do Brasil e não tem retornado, por isso as exportações estão empatando com as importações.

O Deputado Gerson Gabrielli perguntava se Vossa Excelência vai convencer as autoridades da área econômica, sobretudo o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, a dar apoio a Vossa Excelência, que está com tão bom ânimo e conhece o assunto. Vossa Excelência fala com desenvoltura tal, que nós, deputados, convencemo-nos da habilidade que tem Vossa Excelência de buscar o crescimento econômico para o País por meio das exportações. Mas há essa dificuldade.

Pergunto onde está o erro. Vossa Excelência repetiu várias vezes que nem sempre as coisas funcionam, e isso me marcou muito. Disse que quatorze taxas são necessárias para que o exportador possa realmente fazer com que aconteça. Dezenas de autorizações são necessárias.

Então, é a burocracia. Já tivemos neste País Ministério da Desburocratização e um bocado de coisas mais na tentativa de melhorar a situação, e não conseguimos. Vossa Excelência, como Ministro do Governo, e nós, como parlamentares, queremos contribuir para o desenvolvimento da Nação, mas pergunto: o que o Governo propõe para que isso seja feito? Vossa Excelência citou oito pontos do programa prioritário. Mas até quando aguardar que isso venha a ser colocado em prática? Acho que é hora de o Governo acordar e dizer que vai mandar para o Congresso algo que resolva. Se ficarmos aqui propondo crédito e financiamento. Vossa Excelência mesmo disse que é feito todo o trabalho, mas que na ponta, no banco, é difícil liberar os financiamentos. Quanto à desoneração do exportador, acabamos de ser informados de que quatorze

taxas e dezenas de autorizações são necessárias. São inúmeras as normas criadas e regulamentadas por decreto ou pelo próprio ministério. Então, fica difícil saber o que tem de ser feito. É isto que pergunto: o que vamos ter de fazer para que aconteça tudo isso que Vossa Excelência quer colocar em prática no ministério? São oito pontos que reputo da maior importância, mas há que se dizer o que tem de ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Obrigado, Deputado Almeida de Jesus.

Comenta o Deputado Gerson Gabrielli que o único jeito é fazer um pedido a Jesus.

Tem a palavra o Deputado Osório Adriano.

O Sr. Deputado Osório Adriano – Senhor Ministro, logo no início deste ano, fiz uma pequena importação aqui para Brasília e me surpreendi porque recebi três telefonemas de pessoas da embaixada americana, criando facilidades para mim, colocando-se a minha disposição, facilitando a importação, que era pequena.

Tive oportunidade também, Sr. Ministro, de viver fora do nosso País por algum tempo, talvez cinco anos. Conheço bem – não profundamente, entretanto – o trabalho do Itamaraty lá fora, especialmente dos nossos consulados, das nossas embaixadas. Além disso, sempre viajo e posso dizer alguma coisa a respeito desse trabalho. Sem sombra de dúvida, Sr. Ministro, o pessoal do Itamaraty, falando-se em termos de educação, de cultura, são os mais preparados. Mas não vejo a mesma vocação para a área comercial. Sei que o Itamaraty tem um departamento comercial, mas pouca diferença faz, porque são os mesmos homens que são promovidos sem nenhum preparo especial. Não sei, parece que alguém diz: “Agora vai lá para o Departamento Comercial”. Então, vejo esta grande lacuna: não estamos em condição de ajudar aqueles que estão aqui a realizar as suas exportações.

Vossa Excelência saiu do Itamaraty e tem esse espírito até reconhecido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o colocou no Ministério do Desenvolvimento, prova de sua capacidade e de sua ação.

Há algum tempo, li interessante comentário em revistas americanas, dizendo que lá as empresas estavam contratando *self made men*

Muito bem, fomos conversar com o Secretário Everardo Maciel sobre esse problema. Ele disse que por causa do ICMS não há como solucionar a questão da Index, e ela acaba ficando manca.

Voltando a analisar esse assunto, descobrimos que já existe um convênio relativo as *tradings* assinado no Confaz, que trata quase do mesmo assunto. Ou seja, é a mesma modalidade do que seria a Index, mas capacita as *tradings* a exportar sem pagamento de ICMS. Se estendermos o convênio das *tradings* as Index, não precisaremos da unanimidade no Confaz para aprovar essa proposta.

Estou dando este depoimento porque estamos avançando muito na subcomissão e essa questão é extremamente importante para o comércio exportador brasileiro. A estimativa é de que três a quatro bilhões do *draw back* passariam, primeiro, a serem comprados no mercado interno e, segundo, passariam a sair do déficit da balança comercial, porque não seriam comprados externamente.

Senhor Presidente, acho que essa contribuição pode ajudar na resposta do Sr. Ministro e por isso preferi intervir agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cinta) – Obrigado, Deputado Emerson Kapaz.

Antes de passar a palavra ao Ministro registro a presença, entre nós, do Dr. Joaquim Fonseca, ex-Presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil. É uma satisfação tê-lo conosco.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há uma longa lista de questões muito relevantes ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, levantadas aqui.

Em primeiro lugar, quero associar-me às homenagens que o Deputado Ricardo Ferraço fez ao ex-Embaixador e ex-Ministro Roberto Campos, que, sem dúvida, ocupou papel proeminente na vida pública brasileira.

Gostaria de atacar diretamente a questão que Sua Excelência e o Deputado Emerson Kapaz levantaram, que diz respeito à ampla deso-

neração das exportações via um mecanismo chamado Index, relativo a uma empresa unicamente exportadora.

Sou favorável a essa idéia. Acredito que o avanço que houve no PIS/Cofins, ainda que vá assegurar ampla desoneração ou restituição da contribuição para um grande número de etapas à cadeia produtiva, não elimina a idéia da Index. Ao contrário, favorece, porque já estamos no meio do caminho.

Portanto, falta termos essa conversa com o Confaz, que já está, inclusive, planejada. Tenho muito empenho nisso e gostaria de retomar essa questão com o Confaz, para ver se resolvemos a parte que falta, segundo entendo, que é a do ICMS. Certamente, gostaria de contar com o apoio da subcomissão nas conversas que talvez tenhamos de ter com os estados, para levá-los a participar desse projeto.

Gostaria de mencionar rapidamente a questão do café, pela qual tenho predileção muito particular, por ter sido Presidente da Associação por mais de dois anos. Vejo a perspectiva do café, infelizmente, com certo pessimismo. Temos uma questão mundial de supercapacidade, ou seja, capacidade de produção muito maior que capacidade de consumo. O resultado é que a oferta tem crescido nos últimos anos, se não me engano, 3,6% ao ano, enquanto a demanda cresce pouco mais de 1%.

Qual o resultado disso? Estamos gerando excedentes de café da ordem de seis a sete milhões de sacas por ano. Hoje, o estoque nas mãos das *tradings*, empresas de comercialização, em países consumidores é da ordem de 20 a 21 milhões de sacas. Na próxima safra, passará para algo em torno de 28 milhões de sacas. Portanto, é difícil prever hoje recuperação nos preços do café num prazo de dois a quatro anos. Não estou vendo essa capacidade diminuir.

Evidentemente, muitos produtores em âmbito mundial e até mesmo muitos países sairão do mercado. Somos mais competitivos que os outros, porque temos índice de produtividade maior. Mas isso não impede que tenhamos dificuldades, que não estão sendo sentidas hoje por causa da desvalorização do real, que aumentou a renda do produtor. Mas o fato é que os preços atingiram em termos reais o seu ponto mais baixo, desde a grande depressão dos anos 30.

Isso não tem solução a curto prazo, até mesmo porque o Banco Mundial andou fazendo política equivocada, eu diria, até mesmo irres-

ponsável, de financiar a expansão do plantio do café em vários países. E o Vietnã está realmente praticando outra política irresponsável, que é a de verdadeiro *dumping* de café. A produção do Vietnã pulou de um milhão de sacas no início do anos 90 para 15 milhões de sacas hoje e deverá passar para 17. Então, o problema de oferta maior que a demanda vai continuar.

As crises são momentos difíceis, mas são momentos para tomar decisões. E uma decisão que, estou convencido, o Brasil precisa tomar é caminhar em marcha acelerada na direção da promoção do café brasileiro, na direção da diferenciação dos cafés especiais e, sobretudo, de agregação do valor.

Começamos um trabalho nesse sentido, e a primeira iniciativa que tomei no ministério foi a de criar um programa de agregação do valor. Estamos trabalhando com uma das mais importantes cooperativas de café, a título experimental, que é a Cooperativa de Guaxupé, com um programa que significará a articulação de vários órgãos do Governo com o Ministério de Ciência e Tecnologia com relação ao novo Fundo Verde-Amarelo que o Presidente aprovou na semana passada. Ele dará linhas de financiamento ao produtor e, de outro lado, ao desenvolvimento de alguns centros tecnológicos por região e por produto, de forma que tenhamos um centro tecnológico especializado em café. Da mesma forma que a Embrapa dá enorme contribuição à agricultura, precisamos ter algumas, ou pelo menos uma entidade de inovação tecnológica, de pesquisa, de apoio ao produtor, para que ele agregue mais valor ao seu produto.

E o segundo projeto nessa mesma linha seria no Sul, relativo à indústria de calçados, para que se eleve o nível de sofisticação, *design*, com agregação de valor.

Mas isso traz uma outra questão que sei que é ainda mais controversa. Hoje, o produtor brasileiro, sozinho ou em cooperativa, enfrenta verdadeiros gigantes mundiais na comercialização e na industrialização. A Nestlé, por exemplo, domina mais de 50% do mercado de café solúvel do mundo. E temos quatro *tradings*, basicamente, que dominam o comércio do café. Diante desse gigante, temos muitas vezes produtores pequenos e isolados.

Não estou aqui falando ou tentando defender um órgão como o IBC, que se tornou grande demais e obsoleto para os nossos tempos, mas acho que é preciso haver algumas instituições que sirvam de referência e guia para o setor produtivo, de preferência privadas, e que tenham recursos. Não é possível fazer promoção sem recursos. Os colombianos fizeram, durante vinte anos, promoção do café colombiano, gastaram cerca de 20 milhões de dólares por ano na promoção do seu café e, ao longo de dez anos, tiveram um sobrepreço no café da ordem de 20%. O café colombiano, nos últimos dez anos, tem sido vendido a um preço, em média, cerca de 20% maior que o preço do café brasileiro. E o café colombiano não é melhor que o brasileiro. Ele é mais conhecido. Esse sobrepreço resultou num aumento da receita para a Colômbia, que, em dez anos, foi de dois bilhões de dólares. O investimento certamente foi produtivo para a economia cafeeira e para o país.

Como vamos financiar uma promoção de 20 milhões de dólares no Brasil? Não vejo possibilidade neste momento e nos próximos anos, senão mediante decisão por parte do setor privado – e acho que deve ser do setor privado – no sentido de propor uma espécie de contribuição sobre a exportação. Isso é muito controvertido. Eu jamais tomaria essa iniciativa do ponto de vista do Governo, mas acho que hoje precisamos de visão no setor empresarial.

O financiamento para retenção de café pode ser importante em momentos de alta volatilidade no preço, mas não é solução quando temos um problema de oferta, de tendência de oferta maior do que a demanda. Nós precisamos nos preparar para uma fase nova, de substancial investimento em promoção e agregação de valor. Não vejo outra alternativa. Mas deixo esse tema para ser discutido entre o mercado do café, entre os produtores e comercializadores.

Gostaria de passar rapidamente às outras questões. Foi muito oportuno o comentário do Deputado Osório Adriano sobre o papel do Itamaraty na promoção. O Itamaraty já teve um dos mais ativos e eficientes serviços de promoção comercial nos anos 70. Mas nos anos 70 a exportação era prioridade nacional; depois deixou de ser. E o Itamaraty é um órgão que, na sua ação externa, reflete as políticas de Governo. Não tenho a menor dúvida de que o Itamaraty tem capacidade para fazer isso. Ele precisa de recursos. Como foi mencionado aqui, 3 milhões

de dólares para 140 postos é muito pouco dinheiro, embora promoção não custe tanto quanto se diz.

Tive uma experiência em Londres de abrir um escritório de turismo. Foram gastos 60 mil dólares no primeiro ano e 180 no segundo. Com esses recursos, foi possível mudar a percepção dos operadores de turismo e dos agentes de viagem da Inglaterra sobre o turismo brasileiro. Não é um problema apenas de recurso. Três milhões de reais é muito pouco.

Mas o fato é que precisamos hoje é fazer da exportação – como está sendo feito – prioridade nacional. Precisamos ser muito claros e focalizar o trabalho de promoção de exportações. É o objetivo desse projeto. Acredito que tenha sido distribuído o resumo do que ele propõe, ou seja, fazer com que nossas embaixadas prestem efetivo apoio ao exportador. Vamos cobrar esse apoio. E para isso queremos que o exportador faça uma avaliação da sua missão e do apoio que recebeu.

Não podemos esperar, entretanto, que um diplomata se transforme, da noite para o dia, em especialista em mercado de móveis ou de carne. É impossível. Ele tem de ter a visão de conjunto do trabalho de promoção de exportação e tem de contratar consultores locais.

Tive experiência em Londres com um projeto de exportação de móveis, em que contratamos um ex-diretor da Federação de Móveis da Inglaterra, que conhecia profundamente o mercado inglês. Hoje não se penetra mais nesses mercados sem conhecer o canal de distribuição, sem saber onde investir recursos em *marketing*, porque, se não soubermos, vamos gastar dinheiro à toa. Vamos gastar muito para pouco resultado.

Precisamos de nova articulação dos esforços de Governo, que comece aqui no País, para preparar a cadeia produtiva para exportar, para ser competitiva. E é o que estamos fazendo. Valeria a pena, um dia, ter uma discussão sobre o projeto da PEX. Está aqui o gerente de um dos projetos de têxteis, Dr. Paulo Antonio Skaf, com quem discuti esta semana longamente sobre o que eles estão fazendo em matéria de promoção. É preciso analisar desde o início: cadeia produtiva, custos, *design*, adequação ao gosto do consumidor, apoio efetivo no exterior. Tem de

ser feito como fazem na embaixada americana. É assim também na embaixada inglesa, é assim na embaixada francesa.

Precisamos ter o exportador ativo. Quando cheguei em Londres, o Presidente da Câmara de Comércio fez um comentário de que não gostei, mas depois cheguei à conclusão de que ele tinha razão: ele disse que o Brasil exporta não porque o exportador vai vender, mas porque o importador vem comprar. Em muitos casos, isso é verdade. É preciso criar condições para que o exportador vá exportar e para isso ele precisa de apoio. Esses mercados são altamente competitivos e é preciso que lá fora o Governo, o Banco do Brasil e os outros órgãos de exportação tenham condições de prestar esse apoio. Concordo integralmente com isso.

Por fim, gostaria de mencionar o comentário também muito oportuno, do qual gostei muito, do Deputado Almeida de Jesus. Ele expressa um pensamento com o qual compartilho inteiramente. Para mim, há um mistério que se chama reforma tributária. Não conheci ninguém que seja contra. Não conheci uma única pessoa, em nenhum meio que frequentei, no meio acadêmico, no meio político, no meio empresarial, que não defenda e cobre a reforma tributária. E a minha grande questão é por que ela não acontece.

Chegou a hora de pagarmos o preço para saber quem é contra. E chegou a hora, muito oportuna, porque estamos vivendo um processo de desaquecimento da economia mundial e temos de proteger as nossas empresas, temos de proteger os nossos empregos, temos de reduzir o custo de quem produz, temos de aproveitar todas as oportunidades. E temos de expor publicamente quem é contra, porque essa pessoa nunca aparece. Mas em algum lugar ela está, porque ela bloqueia qualquer iniciativa de reforma.

E perdemos há pouco tempo uma grande chance, uma chance única, com a PEC nº 277, que apenas equalizava. Se pagamos PIS/Cofins aqui, por que não pagar na importação? É mais do que razoável. E mais do que isso: e por que não pegar os recursos da PIS/Cofins, pagos pelo importador, e não transferir esses recursos para desonerar o produtor? A mim me parecia óbvio.

Escrevi um artigo num dos grandes jornais assumindo um compromisso público segundo o qual eu estava credenciado, pelo Governo, em plena parceria com o Ministro da Fazenda, para que levássemos

adiante esse projeto, que me parecia óbvio. Ele não passou. Existe aí algum mistério que temos de esclarecer. Mas temos, sobretudo, de fazer com que apareça em público quem é contra e diga por que é contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Senhor Ministro, agradeço a Vossa Excelência. Quero, apenas para complementar, dizer que estamos discutindo na Casa projeto de lei que avança exatamente nessa direção, ou seja, a criação de uma contribuição de equalização tributária, que faz exatamente isso: protege a indústria nacional, nada mais. Não cria um encargo adicional, apenas tributa também o produtor externo.

Realmente, as posições são muito conflitantes nessa área. E a oposição tem surgido. A CNI tem-se mostrado contrária a essa idéia, mas é importante a sua participação nesse debate com sugestões para aperfeiçoarmos o projeto e avançar na linha do que nos parece cristalino e transparente. Aliás, o Deputado Márcio Fortes, que aqui nos brinda com a sua presença, é um dos que, naquele debate, posicionou-se contrariamente à contribuição de equalização tributária. Seria interessante que ele se pronunciasse.

Quero passar a palavra ao Vice-Presidente, que vai registrar a presença de alguns convidados.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo; Deputado Gerson Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo; Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior (SECEX/MDIC); Armando Meziat, Diretor do Departamento de Defesa Comercial (DECOM/MDIC); Maria da Glória Rodrigues, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX/MDIC).

O Sr. Deputado Gerson Gabrielli – Eu queria registrar a honrosa presença do Dr. Paulo Antonio Skaf, da ABIT – Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção.

Quero também registrar a presença do Dr. Jorge Bonfim, Presidente da Câmara do Comércio Americana; Dr. Rubens Celestino, Diretor Executivo da Câmara de Comércio Americana.

Gostaria de passar às mãos do Ministro da Câmara do Comércio Americana para oportuno Seminário que irá realizar-se no dia 21 e 22 de novembro, em Salvador, na Bahia, sobre “Alca – Os impactos regionais e setoriais, oportunidades e ameaças”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Pela ordem, o Deputado Almeida de Jesus.

O Sr. Deputado Almeida de Jesus – Senhor Presidente, apenas para fazer um esclarecimento. Sua Excelência não se referiu a algo que mencionei com relação à importação de petróleo, com relação ao comércio exterior. Isso preocupa-me muito, neste momento.

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL – Deputado, nas circunstâncias atuais, não há elementos para crer que tenhamos problemas de importação de petróleo, seja no que diz respeito ao abastecimento, seja no que diz respeito ao preço. Ao contrário, desde esse ataque terrorista, os preços do petróleo baixaram em relação aos preços anteriores.

E não vejo razão para crer que eles devam subir porque a economia mundial está em retração e também não há sinais – por enquanto, pelo menos, e acredito que não haverá no futuro – de que a represália da coligação de países liderados pelos Estados Unidos chegue ao ponto de agravar as tensões no Oriente Médio. Portanto, neste momento, não há razão para crer que teremos problema, seja com abastecimento, seja com preço de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Muito obrigado, Ministro Sérgio Amaral. Passo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez, depois aos Deputados Alex Canziani, Augusto Nardes e Luiz Carlos Hauly.

O Sr. Deputado Jurandil Juarez – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Ministro, em nome da objetividade talvez eu não devesse fazer o que pretendo, mas a audiência pública e os assuntos colocados me levam a isso. Quero até pedir desculpas ao Presidente.

Vou reproduzir uma história que ouvi do Vice-Presidente Marco Maciel. Disse Sua Excelência que estava na Europa, em reunião numa embaixada – quero dizer desde logo que não era da Inglaterra –, como visitante ilustre, representando o Presidente da República, quando foi servido café. E o Embaixador teve o cuidado de dizer que o café era colombiano. Quando terminou a reunião e Sua Excelência ficou sozinho com o Embaixador, perguntou por que fizera propaganda do café colombiano. E o Embaixador respondeu que não restara alternativa, porque haviam servido um café muito ruim e ele foi obrigado a dizer que era colombiano.

É um modo de mostrar que o Itamaraty às vezes tem de dar os seus “saltos da cruz para a caldeirinha” quando se vê em circunstâncias não muito favoráveis, especialmente no caso do café que havia sido servido.

Senhor Ministro, entrando no assunto que interessa objetivamente: as políticas de comércio exterior obedecem a alguns requisitos como estabilidade, continuidade e permanência. O ministério do qual Vossa Excelência agora é titular tem história recente de instabilidade, de falta de continuidade, e o emprego de ministro tem sido de alta rotatividade. Não consigo me lembrar, mas parece-me que foram cinco ocupantes em pouco mais de dois anos. Essa atividade demanda laços permanentes que demonstram confiabilidade. Como Vossa Excelência se sente? É um ministro que está pegando o bonde andando – pelas minhas contas é o quinto – e agora tem a missão de reerguer a nossa balança comercial e alçá-la à posição de instrumento estratégico de desenvolvimento para o País?

Vou fazer todas minhas perguntas, objetivamente, para que também possam ter respostas muito objetivas.

A segunda pergunta: dentro do discurso apresentado por Vossa Excelência, no que se refere aos entraves burocráticos, tive o cuidado

de verificar que Vossa Excelência citou quatorze obstáculos à exportação, ou seja, o exportador enfrenta quatorze obstáculos. Quero dizer a Vossa Excelência que a Zona Franca de Manaus tem exatamente dezesseis barreiras para se tirar uma mercadoria do estabelecimento comercial e colocá-la dentro de um navio ou de um avião para vendê-la ao mercado externo. Nisso entram as autorizações. São dezesseis liberações que o empresário tem de fazer na Zona Franca de Manaus, além do que ele paga, entre tributos em geral, especialmente contribuições, cerca de 20%. Apesar de todas as isenções que tem a Zona Franca de Manaus, ainda são pagos 20% de tributos – a cada cinco mil reais em notas, paga-se mil reais de tributos.

Que passo será dado pelo ministério nessa nova jornada para suprimir ou retirar entraves burocráticos, considerando-se que a Zona Franca de Manaus é um dos pontos que o Governo poderia usar em sua nova política de incentivo às exportações?

Uma terceira indagação, Sr. Ministro, refere-se à substituição competitiva de importações em setores específicos. Quero falar especificamente de proposta de reequipamento e modernização da Aeronáutica, que surpreendentemente está se encaminhando para uma solução que envolve licitação internacional.

Quero fazer uma comparação com o que aconteceu com o Sivam para importação de equipamentos destinados a sistema de radar e de proteção da região Amazônica, em que não só não houve licitação, mas a adjudicação foi feita para empresa que estava sob suspeita. Existe uma CPI nesta Casa que investiga eventual existência de tráfico de influências de pessoas ligadas ao Governo. Esse foi um assunto muito divulgado para a opinião pública há cinco anos. A comparação que quero fazer é que o Governo brasileiro importou esses equipamentos sem licitação, apesar de existirem fortes indícios de que teria havido tráfico de influência nesse caso. O Governo hoje acena para licitação internacional para a compra de equipamentos para Aeronáutica, tendo ele uma empresa como a Embraer, em condições atender, se não a todas as demandas, pelo menos a boa parte delas, sobretudo na atual situação, em que o Governo dos Estados Unidos acena com subsídios à aviação civil como forma de dar sustentação a este segmento, que passa por problemas, que já existiam anteriormente, mas que se agravaram a partir do dia 11 de setembro.

Senhor Ministro, mais ainda: com referência à desoneração das exportações, voltando à questão apresentada pelos Deputados Emerson Kapaz e Ricardo Ferraço, ou seja, especificamente à devolução do ICMS. Praticamente nenhuma empresa consegue receber os créditos de ICMS que tem. E, considerando especificamente as empresas exportadoras, aquelas que não têm como fazer compensações, essa situação se agrava. Existe uma espécie de mercado paralelo hoje que já oferece deságio de 50% nos créditos do ICMS.

Não sei exatamente como Vossa Excelência está pensando em entrar nesse assunto, mas há uma sugestão de que se crie um fundo de compensação interestadual que leve consigo também as vantagens hoje existentes da substituição tributária. Ela permitiria que vários estados que tivessem crédito tributário em relação a outros, de tal maneira que, principalmente as empresas que são exclusivamente exportadoras no sistema atual, pudessem compensar os seus créditos recebendo, e não entrando no mercado que às vezes, até tem característica de irregularidade, negociando crédito em situações que podem até nem ser favoráveis do ponto de vista econômico e da legalidade. Talvez para o encaminhamento dessa questão fosse necessária uma oitiva do Confaz. Talvez a criação de um fundo de compensação interestadual talvez fosse a solução, se não para todas as situações, pelo menos para as que envolvem empresas exclusivamente exportadoras.

Por fim, Sr. Ministro, estranho, na relação de projetos para promover exportação, na citação de produtos dos países prioritários, em relação ao turismo, referência específica a dois países da Comunidade Européia, apenas Reino Unido e a Alemanha, sugerindo que talvez fosse importante incluirmos países em crescimento bastante significativo nos últimos anos nas relações turísticas bilaterais, como é o caso da Espanha e da França. Estranhei porque não sei se eles não são prioritários ou se é uma questão apenas de listagem.

São essas as questões. Agradeço a paciência de Vossa Excelência

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Tem a palavra o nobre Deputado Alex Canziani.

O Sr. Deputado Alex Canziani – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amaral, muito obrigado pela sua

presença. Juntamente com o Presidente desta comissão, tive a idéia de convidar Vossa Excelência até para que a primeira vinda de Vossa Excelência a esta Casa pudesse ser na comissão que está mais em contato com o seu Ministério, ou seja, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Parabéns pela sua explanação e pela forma como Vossa Excelência apresenta esta questão, de vital importância para o desenvolvimento do nosso País, incentivando a exportação.

Senhor Ministro, tenho o privilégio de ser o Presidente da Subcomissão de Turismo desta Comissão. Confesso que quando foi noticiado que Vossa Excelência iria assumir o Ministério, o segmento do turismo comemorou. Sabemos da grande afeição que Vossa Excelência tem por essa área e do grande trabalho que tem feito ao longo da sua carreira como Embaixador, especificamente na Inglaterra.

Lembro-me de reunião que tivemos com o Presidente da Embatur, Caio de Carvalho, poucos dias depois de ter sido noticiada sua indicação para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Todos ficamos entusiasmados, porque com certeza teríamos ações voltadas para a viabilização de oportunidades na área de turismo no País. O turismo funciona de maneira diferente: a importação é que gera dólares em nosso País. E o Brasil, dada sua extensão territorial e as maravilhas que possui, tem muito a crescer na área do turismo. No entanto, problemas de pequenas proporções acabam por influir negativamente na vinda de novos turistas para o País.

Outro dia, numa reunião da ABAV com o Fórum de Secretários Municipais, mencionou-se a burocracia de nossos portos, o que acaba por dificultar a entrada de navios e, por vezes, a inviabilizar o aumento do número de navios que aportam na costa brasileira. Muitas vezes, a própria liberação de visto para entrada de estrangeiro no País é demorada, difícil. É grande empecilho até para que mais brasileiros cheguem ao Brasil.

Gostaria de saber de Vossa Excelência, especificamente no tocante à área de turismo, que ações se pretende implementar?

A Subcomissão de Turismo e, com certeza, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, enfim, o Parlamento brasileiro como um

todo será forte aliado de Vossa Excelência no que diz respeito a incrementar o turismo em nosso País.

Parece que a França é o país que mais recebe turistas no mundo. Tenho uma idéia, Sr. Ministro. Na verdade, não é minha. Um amigo de São Paulo fez essa sugestão, que me pareceu interessante. É a seguinte: poderíamos criar na França a Maison du Brésil, local em que anualmente poderiam ser expostos vários produtos brasileiros e cada Estado poderia mostrar sua cultura, sua arte, seus produtos, sua culinária também. Seria uma maneira de recebermos visitantes. Mais de 70 milhões de turistas visitam a França anualmente, por exemplo, como ele propõe, que mais de 70 milhões de turistas estão indo lá anualmente. Ter o Brasil espaço como este naquele País seria a oportunidade de os turistas conhecerem as peculiaridades de cada Estado brasileiro.

Deputado Jurandil Juarez, Vossa Excelência é membro atuante da Subcomissão de Turismo. As crianças poderiam desenvolver atividades ali também. Em contrapartida, desde pequenas saberiam que é o Brasil. E elas estimulariam seus próprios pais. Sabemos que as crianças são grandes indutoras. Durante as férias escolares, escolhem o país ou região que seus pais devem visitar.

Acho esta uma idéia interessante. Gostaria de saber de como Vossa Excelência, até pela experiência que tem como embaixador, vê essa questão.

Senhor Ministro, parece-me que quando Vossa Excelência assumiu o Ministério o Orçamento já estava nesta Casa. Portanto, nele pouco pôde interferir, com base nas ações que pretende desenvolver frente ao Ministério.

Reafirmo: a Comissão de Economia, Indústria e Comércio é parceira de Vossa Excelência nessa questão. Temos prazo até dia 25 para apresentar emendas individuais e de bancada, mas há também as da Comissão. Portanto, se Vossa Excelência puder colocar sua equipe em contato conosco teremos todo o interesse em incluir recursos para que Vossa Excelência dê início às que pretende implementar. Efetivamente podemos fazer isto, por intermédio desta comissão e também por meio do acompanhamento, que nos cabe fazer, da Comissão de Orçamento, que está discutindo na Câmara dos Deputados.

Parabenizo Vossa Excelência. Fiquei realmente muito satisfeito com suas explicações.

No tocante à exportação, temos de ser mais pró-ativos, fazer com que mais empresas exportem. Apenas quinhentas são responsáveis por 80% do que é exportado. Muitas vezes, o micro ou pequeno empresário, embora tendo produto de boa qualidade a oferecer, acredita que não vai conseguir exportá-lo, tendo em vista a enorme burocracia.

Acredito que com Vossa Excelência, com a competência e a seriedade que tem, sem dúvida alguma o Brasil vai poder aumentar cada vez mais suas exportações e, conseqüentemente, gerar mais empregos e mais oportunidades no País.

Muito obrigado por sua presença. Espero que Vossa Excelência se manifeste com relação às questões que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Deputado Augusto Nardes.

O Sr. Deputado Augusto Nardes – Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amaral, em primeiro lugar quero-lhe cumprimentar pelas notícias que recebemos e pelas prioridades que estão sendo estabelecidas por seu Ministério. Estive vendo o material que nos foi distribuído e o achei bastante importante, porque estabelece prioridades para a promoção comercial. O Brasil precisa ser mais promovido, realmente. Concordamos. Boa parte de nossa produção ou depende da agricultura ou está interligada com a agricultura. E há muitos anos vimos trabalhando pelo estabelecimento de adidos agrícolas nas embaixadas brasileiras, nas capitais mundiais mais importantes: Paris, Pequim, Tóquio, enfim, a fim de que possamos ter uma política direcionada. É excelente o trabalho do Itamaraty na área de relações públicas, mas na área comercial deixa margem a reclamações – Vossa Excelência conhece este órgão melhor do que eu. Nós as temos recebido de alguns segmentos da atividade comercial, especialmente de setores ligados à agricultura. Faltam informações. Eu mesmo senti isso quando me direcionei para o exterior, em busca de informações mais precisas sobre nossa agricultura. Não há conhecimento adequado, não há pessoas treinadas e especializadas. O senhor mesmo disse que acabou procurando técnicos na Inglaterra.

Vossa Excelência fez e faz um bom trabalho nessa área, mas gostaríamos que atuasse em conjunto com todos os setores envolvidos. Sinto que alguns deles estão mais organizados.

Recentemente, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil lançou em Paris a Tex Brasil, o que repercutiu internacionalmente. Em relação a isso, a ABIT está fazendo um bom trabalho – está aqui seu Presidente, Dr. Paulo Antonio Skaf, que se tem destacado.

Analisei a evolução da área têxtil. Saímos de uma balança negativa em 97 em mais de um bilhão de dólares para um superávit, este ano, de mais de 108 milhões.

Segundo nosso entendimento, Sr. Ministro, é preciso organizar para o setor agrícola algo semelhante ao que fez o setor têxtil para vender a moda brasileira: lançou-se o Prêmio ABIT, espécie de Oscar da moda brasileira. Inclusive quero dizer a Vossa Excelência que quando eu integrava a Frente Parlamentar da Agricultura tentou-se criar o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Agro-negócio. Não se conseguiu. Nossa idéia é realizar um grande debate entre Congresso Nacional e Governo, para, num esforço conjunto dos Ministérios da Agricultura, Economia e o das Relações Exteriores, organizar a questão internamente.

Pergunto a Vossa Excelência: para que possamos ter essa organização interna, qual a forma mais adequada? Criar adidos agrícolas? Colocar nas embaixadas pessoas especializadas? Organizar os setores da maneira como fez a ABIT, para vender os produtos brasileiros lá fora? O que Vossa Excelência entende melhor? Sei que está sendo feito um trabalho de promoção, o que é importante. O Ministério estabeleceu prioridades, mas qual a forma de intermediar isso? Por meio de entidades, mediante interação entre os Ministérios? Como fortalecer esse segmento, para aumentar nossas exportações?

Era o que tinha a dizer, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Senhor Ministro, concorda Vossa Excelência em ouvir indagações de quatro Parlamentares?

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Com a palavra então o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly – Senhor Presidente, Sr. Ministro, Sra. Secretária, Sr. Diretor de Departamento, Sras. e Srs. Parlamentares, não pude deixar de participar desta audiência pública, de grande importância, pois se discute o tema: “Incentivo às Exportações”, até porque tenho atuado e militado nessa área há alguns anos (importação, exportação, reforma tributária, desoneração do setor produtivo, desoneração dos trabalhadores, da massa de consumidores).

Quero deixar bem definida minha posição. A questão tributária no Brasil não se resolveu porque o Governo não tem a concepção de projeto que deseja. A Comissão de Reforma Tributária tem projeto aprovado, pronto para ir a plenário. A área econômica do Governo e o Secretário Everardo Maciel não concordam com o ele, e esse tem sido um obstáculo intransponível para o Parlamento.

Quero ponderar com Vossa Excelência e sua equipe, que está toda aqui, bem assim com os demais companheiros, o seguinte: Diante do que aprovamos na Comissão de Reforma Tributária, não pode permanecer aquele texto. No final do ano passado, rompi com o texto, principalmente considerando a possibilidade de integração econômica do Brasil com a Alca e a União Européia. Não temos de reinventar a roda, nada. Temos de encontrar uma harmonização tributária com os países desenvolvidos.

No Brasil, apenas cerca de 18% da arrecadação do PIB, de 32%, provém do Imposto de Renda. Na maioria dos países desenvolvidos, mais da metade da arrecadação provém do imposto de renda, tributação direta, progressiva, objetiva. Aqui, quanto mais regressivo, maior a punição para as empresas e para os consumidores finais. Milhões de brasileiros de baixa renda poderiam ter aumentado seu poder de compra se a tributação se os cerca de 31% do PIB fossem alcançados de forma progressiva, não de maneira regressiva. E o grande objetivo é desonerar a empresa brasileira nos mesmos termos da desoneração das empresas americanas, canadenses, inglesas, francesas.

Por que digo isso? No Brasil, além dos problemas de mercado que a empresa enfrenta (qualidade, produto, preço), o mesmo no mundo inteiro, ela pode vir a falecer também em virtude da tributação. Se ela é mais esperta, tem incentivo fiscal e faz planejamento fiscal. E, sendo

esperta, demanda contra o Erário municipal, estadual, federal. É a elisão. Por outro lado, aquele que não pode ou pode mais, sonega.

Parece-me que o grande caminho é analisar a legislação dos 15 países mais desenvolvidos, a fim de conhecer o tipo de tributação que seguem. E, ainda mais, o Brasil deve ter carga tributária menor que a deles.

A respeito da CPMF, dela necessitamos para ter o desenho do controle da movimentação financeira.

Sou a favor de manter o Imposto de Importação e de Exportação regulatório, Imposto de Renda forte, Imposto sobre Vendas a Varejo, Imposto Seletivo, contribuição previdenciária e o Imposto sobre Propriedade, em resumo.

Senhor Ministro, a respeito da substituição de importação, Vossa Excelência está correto: a política de incentivo à exportação está sendo bem-feita; está sendo feito de tudo para aumentar a exportação. O Brasil precisa aumentar sua exportação para melhorar sua balança comercial e, conseqüentemente, sua balança de pagamentos. Se fizermos um programa vigoroso de substituição de importação, podemos aumentar o superávit brasileiro em muito, em alguns bilhões de dólares.

Em minuta que entreguei a Vossa Excelência, falo de projeto em que dei entrada. A proposição trata de mercadorias que há mais de cinco anos vêm sendo sistematicamente importadas pelo Brasil. O próprio imposto de importação, como o *funding*, poderia ser concedido para que empresas montassem sua unidade produtiva no Brasil, com dilatação do prazo de pagamento do imposto de importação. Não é uma doação, não é uma desoneração, é simplesmente uma dilatação de prazo.

E eu iria mais, até a área creditícia. Fazendo a análise da conjuntura mundial que temos hoje, com a iminência de guerra mundial, de conflito generalizado, o direito de ir e vir já está sendo prejudicado. Daqui a pouco, o ir e vir das mercadorias também estará prejudicado. Se cessarem as importações de insumos agroquímicos, de fertilizantes e de uma série de outros insumos da indústria, o Brasil, em primeiro lugar, não vai produzir agricultura. Não temos uma política e um plano de segurança alimentar, porque nossos produtos agrícolas dependem do mata-mato e desses herbicidas; não temos auto-suficiência no Brasil, sem contar outros insumos importados.

Portanto, precisamos de uma política vigorosa de substituição de importação e de uma política de segurança alimentar. Acho que essa proposta pode casar com a emergência que há neste momento. Temos essa política rígida, que não é desenvolvimentista e não tem briga nenhuma. A questão é de interesse de o Brasil ter o máximo de produtos, mercadorias ou bens produzidos no País, o que poderia levar a um superávit na balança comercial e ajudar na balança de pagamento.

Eram as considerações que tinha a fazer.

O Sr. Deputado Gerson Gabrielli – Senhor Presidente, rapidamente quero sublinhar o que o nosso Deputado Haully falou.

Deputado Haully, temos aqui seguidamente discutido o Mercosul e a Alca. O sentimento dos parlamentares que se têm debruçado sobre esse tema grassa na expectativa de uma posição firme do Governo brasileiro em relação ao Mercosul, posição esta que está sendo revista. Há uma corrente que acredita que a Alca tem coisas boas e coisas ruins. A Alca pode, quem sabe, obrigar o Brasil, compulsoriamente, a rever sua estrutura tributária, fiscal e de juros, para poder se integrar aos mercados. Há outra corrente que discute aqui no Parlamento que, com a atual estrutura educacional, produtiva e social do Brasil, poderemos ficar reféns exatamente de uma estrutura mais presa aos Estados Unidos, monetarista.

Essa discussão é rica. Creio, Deputado Haully, que, em nome do Dr. Jorge Bonfim e Dr. Reuber Celestino, esse tema será muito abordado no seminário que ocorrerá na Bahia, que sempre acolhe bem, com acarajé, abará e outras iguarias. Gostaria de contar com sua presença, para que enriqueça o seminário dando sua opinião sobre a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O Sr. Deputado Osmar Terra – Senhor Presidente, Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amaral, gostaria de fazer breve consideração, em primeiro lugar, cumprimentando o Ministro Sérgio Amaral e o Governo Federal pela política que estão conduzindo nessa área e na área da exportação.

Venho de um estado extremamente beneficiado por essa política. O Rio Grande do Sul é exportador e tem sido tremendamente beneficiado, até mesmo pela separação da política de âncora cambial que envol-

ve o dólar e o real. Hoje, podemos dizer que é um estado em que está crescendo a oferta de empregos, como há muitos anos não acontecia. Nos últimos anos, em relação ao primeiro semestre do ano passado, entraram no mercado de trabalho 110 mil novos atores. Foram oferecidas 160 mil novas vagas de emprego. Diminuiu-se o desemprego numa taxa surpreendente, graças às políticas que estão sendo realizadas e a essa separação do dólar e do real no momento adequado, somando-se isso à decisão do Ministro de estimular a exportação. O Rio Grande do Sul exporta calçados numa escala gigantesca e ainda é beneficiado pelo programa do BNDES Modern Frota. A produção industrial do Estado aumentou 30% na área das máquinas agrícolas, o que também é fruto do melhor preço da soja. Toda essa política está interligada e traz benefício importante para o Rio Grande e certamente para o Brasil.

Quero ouvir de sua parte, Ministro, um exercício de futurologia em relação a essa crise internacional gerada pelos atentados em Nova Iorque. O que o Governo está pensando em termos de previsão de orientação, no sentido da flutuação do preço do petróleo, da flutuação cambial, da diminuição dos investimentos que podem ocorrer em função dessa crise? Quais são os caminhos e o que já se pode ver no horizonte de possibilidades para garantir que essas políticas sejam ampliadas, como é desejo do Governo e nosso também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Agradeço ao Deputado Osmar Terra os comentários.

Passo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral, para responder às indagações dos Srs. Parlamentares e fazer suas considerações finais.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Dep. Marcos Cintra Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo (CEICT)

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de tentar responder as perguntas que me foram feitas. A primeira delas, certamente a do Deputado Jurandil Juarez, com forte conotação pessoal. Sua Excelência perguntou como eu me sentia diante da rotatividade muito alta dos Ministros do Desenvolvimento.

Deputado Jurandil, quero dizer que me sinto com relativa tranqüilidade. Todos os Ministros estiveram em geral por um período de 15 a 20 meses. Como só tenho 12 meses de gestão, tenho boa chance de completar meu mandato. Vejo com certa tranqüilidade esse desafio.

Gostaria de mencionar também outra questão muito importante sobre a Zona Franca de Manaus. A Suframa é um dos órgãos do Ministério. Tenho participado de várias discussões sobre essa autarquia, e vejo com satisfação que a Zona Franca vai caminhando a passos rápidos no sentido do equilíbrio do seu balanço comercial, o que é muito bom para o País e certamente contribui para atenuar muitas das restrições que existem em relação à Zona Franca. Sei que quanto a ela também há muito a ser feito na área de desburocratização. Ela certamente fará parte desse esforço mais amplo que estamos fazendo.

Vossa Excelência levantou um ponto muito interessante que diz respeito à licitação para reequipamento da Aeronáutica. A licitação é inevitável no serviço público, é inevitável para o Governo, a menos em circunstâncias muito excepcionais, porque é preciso termos elementos de comparabilidade no que diz respeito a custo, a qualidade.

Entretanto, segundo entendo – e essa é uma afirmação do próprio Presidente da República –, no caso do reequipamento da Aeronáutica, um quesito fundamental será o de transferência de tecnologia. Portanto, acho que nessa questão, sem dúvida, a Embraer começa com uma vantagem comparativa, mas é preciso mostrar que ela também tem comparabilidade em relação aos outros itens.

Gostei muito da idéia do fundo de compensação para o ICMS. Confesso que não o conhecia. Acho a idéia interessante. Precisaria examiná-la um pouco melhor, porque não sei se ela atende inteiramente à questão. Sempre haverá alguns estados que são mais exportadores do que os outros e, portanto, teriam essa compensação. Acho que ela começa com certo desequilíbrio, mas gostaria de aprofundar o exame, porque temos de resolver o problema do ICMS. Vou examinar com atenção, porque pode ser um caminho importante.

Várias perguntas dizem respeito aos critérios para esse programa prioritário de exportações. A questão é que temos de começar um esforço agressivo, e não se faz algo agressivo senão escolhendo prioridades. Isso não quer dizer que os outros produtos ou os outros países não continuarão a receber tratamento adequado por parte dos órgãos de comércio exterior, mas apenas que estes vão receber tratamento prioritário num estágio inicial, sem prejudicar o que se faz em outras áreas, porém com o objetivo de estender pouco a pouco essas experiências prioritárias e piloto aos demais produtos e países.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Deputado Alex Canziani o convite a mim feito e a oportunidade de participar deste proveitoso debate, assim como às referências elogiosas a meu respeito. Compartilhamos de uma mesma predileção, acredito que de uma mesma obsessão: o turismo. As oportunidades nesse setor, para mim, não estão sendo inteiramente aproveitadas, se considerarmos os enormes investimentos feitos na área de infra-estrutura, como o Prodetur I e II no Nordeste, que somam 1 bilhão e 600 milhões de reais, o Proecotur na Amazônia e, em breve, no Pantanal.

O setor privado investiu 6 bilhões de dólares em hotéis, parques temáticos e outros investimentos privados. A Embratur tem feito treinamentos. Portanto, o que está faltando? Duas coisas: profunda desburocratização do turismo e campanhas de publicidade.

Quanto à desburocratização, esta vai desde a emissão de vistos – em alguns casos, devemos substituí-los por cartão de turista, como ocorre na maioria dos países com grande fluxo turístico – à burocracia de aeroportos e às intermináveis taxas, comissões e complicações que criamos, quando na verdade deveríamos facilitar.

Em alguns casos, falta também segurança, condição fundamental. O turista cada vez mais quer ir para lugares tranquilos, com bom serviço e total segurança. No entanto, algumas cidades ou capitais não atendem ao turista nesse requisito. Mas esse não é o maior problema das grandes regiões turísticas que se estão abrindo hoje.

É bom que se diga que promoção significa ato continuado, e não somente promover campanhas espetaculares uma vez e depois sumir por cinco anos. Necessitamos de continuidade, de presença e sobretudo de apoio ao turismo. Não adianta fazer campanha se aquele que se mobiliza não coloca à disposição do turista um número de telefone para o qual ele possa ligar e dizer: “Eu gostei”. ou “Como faço para ir ao Brasil? Com quem eu converso? Quais são os requisitos?” Isso reforça a importância, a meu ver, da abertura do escritório de turismo na embaixada, o primeiro e único escritório de turismo brasileiro no exterior, fruto da experiência que tive em Londres e que me deixou mais satisfeito.

Temos de andar rápido – o Ministro quer fazer isso –, porque esse escritório terá condição de responder às indagações das operadoras.

Outro ponto. Faz-se necessário o acesso a informações adequadas. Por isso, abrimos *site* em inglês, atualmente considerado o melhor em termos de turismo brasileiro. É preciso dar informações a quem quer viajar. Não adianta apenas mobilizá-las para viajar, elas precisam ter um interlocutor e condições para tanto.

Achei muito interessante a idéia da Casa do Brasil. Na verdade, estávamos pensando em algo parecido. O que queremos promover no exterior? Queremos promover a cachaça, o vinho brasileiro, a carne, as frutas, o café, a música e o turismo. Qual é o melhor *show-room* da agroindústria? Um restaurante. Por conseguinte, estivemos entusiasmando os exportadores desses diferentes produtos e encontramos parceiros para essa empreitada na Inglaterra.

Portanto, temos de fazer agora é um esforço de qualidade. Não podemos nos concentrar apenas em exportar produto não-diferenciado, exportar *commodities*; temos de exportar coisas de prestígio e de sofisticação, porque elas fazem a imagem do produto. E para o setor da agroindústria a idéia de ter *show-rooms*, como restaurantes e Casas do Brasil, é extremamente importante.

Agradeço ao Deputado Augusto Nardes os comentários feitos sobre a questão da promoção. Sou muito favorável à figura do adido agrícola, figura que, na verdade, está implícita nesse programa sob dois nomes. Quando falamos em questões fitossanitárias, estamos pensando em algumas embaixadas. Foi pedido do Ministro Pratini de Moraes que se contratassem especialistas em questões fitossanitárias, para permanentemente discutirem esses assuntos, de forma preventiva, com funcionários do governo local.

Outra idéia que considero muito interessante é o que estamos chamando de estágios comerciais. Trata-se de idéia bastante inovadora em relação às práticas do Itamaraty – e o Ministro Celso Lafer a apoiou muito bem – termos nas embaixadas o que os ingleses chamam de *secondment*, qual seja a possibilidade de o empresário passar duas, três, quatro semanas trabalhando na embaixada. Se o empresário quiser entrar no mercado, ele receberá apoio da embaixada e terá lugar de operação. Ela aprenderá como o setor funciona e ele terá todo o apoio que uma embaixada deve dar, desde contatos, *marketing* à capacidade de contratar pessoas especializadas para fazer o que for preciso. Esse é um serviço que já está sendo oferecido aos projetos da Apec.

Qual é o melhor caminho? Acho que não há receita única. É preciso cuidadosa preparação, no Brasil, da cadeia produtiva e apoio local. Isso, em alguns casos, vai requerer um consultor; em outros, um estágio; em outros ainda, pessoal treinado para feiras e exposições. Cada local apresenta situação diferente, mas é preciso que tenhamos essas duas pontas, uma de apoio ao produtor, para ele se preparar e exportar, outra de apoio no exterior para que ele penetre no mercado.

Deputado Luiz Carlos Hauly, voltemos à questão da reforma tributária, da qual, na verdade, não podemos fugir. Ainda que possa parecer pouco realista, com pouco mais de um ano de governo retomamos essa questão. Não conseguimos avançar tanto quanto gostaríamos, embora tenhamos progredido em outras seis, mas ela torna-se cada vez mais premente, por duas razões. A primeira: estamos assistindo a uma desaceleração da economia mundial. O Brasil está crescendo mais do que a média e vai continuar crescendo, mas temos de proteger nossas empresas e nossos empregos. Para isso, temos de atacar questões tópicas, específicas, que retirem a carga de quem produz, ou pensar numa reforma mais ambi-

ciosa, já sabendo que não há condição de se fazer tudo de imediato, tão-somente preparar um horizonte. Isso, sobretudo, é o que precisamos para a estabilidade da moeda ou a confiança dos investidores.

A segunda razão: vamos ter uma série de tentativas para fazer avançarem importantes negociações que são fundamentais para removermos as barreiras dos nossos produtos, seja na OMC, na União Européia, seja na Alca. O setor privado, via de regra, a meu ver, está tímido. Mas por quê? Como ele vai concorrer, se temos carga tributária muito maior que a de outros países? Esse argumento é verdadeiro. Entretanto, isso não deve levar à conclusão de que se pode negociar. Esse argumento deve promover a seguinte afirmação: "Há que se fazer a reforma e negociar". Se não negociarmos, perderemos duas vezes. Primeiro, a chance de abrir mercado; segundo, a possibilidade de fazer a reforma tributária. Se dissermos que vamos negociar e fazer a reforma tributária, teremos argumento adicional de urgência para adotar algumas iniciativas que venham permitir uma desoneração mais ampla de quem produz e exporta.

Finalmente, a questão levantada pelo Deputado Osmar Terra me faz retornar à viagem recente que fiz ao Rio Grande do Sul e à forte impressão que tive do empresário gaúcho, que merece os cumprimentos de todos, porque aquele Estado é o segundo em exportação. Sua forma de exportação é muito boa para o País, porque vai alargando o volume exportador. São médios empresários, muito competitivos, que produzem resultados impressionantes em certas áreas, inclusive com investimento no exterior.

Sua última questão, no entanto, demandaria longa discussão. Apenas esbocei o assunto em minha apresentação, mas certamente ele é motivo de grande preocupação para todos nós. Não adianta sermos competitivos e termos o produto se não temos o mercado.

Realmente, nos últimos meses, tomou conta do mundo inteiro uma certa apreensão quanto aos rumos da economia mundial. Por um lado, existe claramente razão para essa apreensão. Como cheguei a mencionar, a perda de ativos nos Estados Unidos foi algo correspondente a três quartos do produto norte-americano. Por outro lado, também é verdade que existe uma política deliberada e concertada dos principais países desenvolvidos, o G-7, de praticar verdadeira política Keynesiana. A isenção de tributos nos Estados Unidos, somada à injeção de recursos seja no setor de aviação, seja no setor agrícola ou em

outros setores da economia já é hoje algo superior a 2% do PIB, ou seja, maior do que 200 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, os bancos centrais estão reduzindo cada vez mais as taxas de juros. Tudo isso contribui para maior liquidez e para encurtar o período em que vamos ter uma economia estagnada.

Hoje, a maioria dos analistas acredita que no primeiro trimestre do ano que vem já vamos poder sentir uma retomada, um começo do processo de reativação da economia. Se assim for, acredito que vamos ter ainda alguns meses de dificuldades. Porém, o mais importante é a luz no fim do túnel, a perspectiva de que, no ano que vem, a economia poderá crescer bastante mais do que neste ano. Com isso, certamente será possível dar impulso às nossas importações e ao nosso crescimento, que, no ano que vem, ao que tudo indica – e assim espero – será bem maior do que neste ano.

Senhor Presidente, Sr. Vice-Presidente, agradeço a Vossas Excelências o convite para estar presente nesta comissão, que de todas do Congresso é a mais importante, porque aqui se discutem os temas de meu ministério. Fico muito satisfeito com este diálogo e sobretudo com os convites e oferecimentos muito generosos para uma parceria que aceito e agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Muito obrigado, Sr. Ministro Sérgio Amaral. Agradeço a Vossa Excelência a presença. Nós, da comissão, colocamo-nos desde já à sua disposição para o encaminhamento desses projetos de crucial importância para nosso País. Parabeno Vossa Excelência pela coragem de assumir tão importante responsabilidade, pela disposição e sobretudo pela maneira lógica, clara, concatenada e organizada com que tenta reorganizar e recolocar no centro das preocupações econômicas do País a prioridade exportadora.

Senhor Ministro, Vossa Excelência está de parabéns. Conte conosco, porque essa é uma luta de todos nós. Vossa Excelência certamente saberá conduzir essa luta e nos transformar em soldados dessa causa que o País inteiro está hoje desejoso de realizar.

Parabéns. Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

**Apoio: Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação
TV Câmara**



ISBN 85-7365-254-3



CDPA: Osório Reda